



ISSN 2595-5519

GOVERNANÇA CORPORATIVA: MECANISMOS PARA MELHORIA DA TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

Estefane Campos¹

Thayná Menegaz²

Jaqueline da Silva Marques³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar quais os mecanismos que a literatura de Governança Corporativa apresenta como ideais para melhorar a transparência das informações. A qualidade das informações publicadas pelas empresas é um importante mecanismo de governança corporativa, pois é possível diminuir a assimetria informacional e isso tende a reduzir conflitos entre os agentes. Para a execução desta pesquisa, com o intuito de atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico filtrado nas bases de dados Spell e Scielo. O intervalo de tempo dos periódicos analisados compreende o período de 2004 a 2018 e o critério do Qualis Capis dos períodos também foi levado em consideração, sendo filtrado com os Qualis A2/B1/B2/B3. Por meio do levantamento bibliográfico foi possível verificar que existem vários estudos sobre Governança Corporativa na literatura brasileira, mas poucos focam no desenvolvimento dos mecanismos de governança propriamente, como Bueno et al (2018), diante disto fica evidente a necessidade de aprofundar a temática no campo das pesquisas brasileiras. O Brasil ainda tem um vasto campo de pesquisa no que tange às práticas de governança corporativa e a utilização de mecanismos de governança para diminuir os conflitos de agência, visto que cada vez mais os diversos *stakeholders* se importam com o assunto.

Palavras-chave: Governança Corporativa, Mecanismos, Teoria da Agência.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the mechanisms that the Corporate Governance literature presents as ideals to improve the transparency of information. The quality of information

¹ CAMPOS, Estefane. Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena – AJES.
Email: estefane.tity@hotmail.com

² MENEGAZ, Thayná . Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena – AJES.
Email: thaynamenegaztm@outlook.com

³ MARQUES, Jaqueline da Silva. Professora Especialista do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena-AJES. E-mail: m.jaqueline988@gmail.com.



ISSN 2595-5519

published by companies is an important mechanism of corporate governance, as it is possible to reduce informational asymmetry and this tends to reduce conflicts between agents. For the execution of this research, in order to reach the proposed objective, the methodology used was a bibliographic study filtered in Spell and Scielo databases. The time period of the journals analyzed covers the period from 2004 to 2018 and the criterion of Qualis Capis of the periods was also taken into account, with those with A2 / B1 / B2 / B3 being filtered. Through the bibliographical survey it was possible to verify that there are several studies on Corporate Governance in the Brazilian literature, but few focus on the development of the governance mechanisms proper, as Bueno et al. (2018), in front of this it is evident the need to deepen the subject in the field of Brazilian research. Brazil still has a wide field of research regarding corporate governance practices and the use of governance mechanisms to reduce agency conflicts, as more and more stakeholders care about the issue.

Keywords: Corporate Governance, Mechanisms, Agency Theory

INTRODUÇÃO

A nova estrutura empresarial se configura pela separação da propriedade e controle das empresas, nesse contexto os conflitos inerentes à agência ficam mais evidentes e passa a ser primordial que haja mecanismos de transparência das informações. Diante disto, a Governança Corporativa representa um conjunto de mecanismos de controle para os acionistas com o intuito de melhorar os retornos esperados e diminuir os conflitos entre acionistas e administradores das empresas (SILVA, TAKAMATSU E AVELINO, 2017).

A Governança Corporativa é definida pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA-IBGC, 2015) como o sistema pelo qual as empresas e organizações são controladas, dirigidas e incentivadas, envolvendo também o relacionamento entre acionistas e o conselho de gestão. Ainda sobre as definições do IBGC (2015), as boas práticas de governança corporativa ajudam a converter princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses de acionistas e gestores com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo



ISSN 2595-5519

prazo da organização, objetivando o acesso facilitado aos recursos e, assim, contribuir para a qualidade na gestão da organização, tempo de vida da empresa e o bem comum.

A Governança Corporativa (GC) pode ser definida como uma gestão da organização interna das empresas, onde envolvem os sócios (*shareholders*), além das partes interessadas (*stakeholders*) que seriam todos os envolvidos com a empresa, desde funcionários, clientes até os fornecedores (BUENO *et al*, 2018). A GC está muito relacionada a Teoria da Agência, sua função é definir quem são os tomadores de decisão e quem são as pessoas que confiam a administração da empresa a terceiros. (BUENO *et al*, 2018).

Para Fontes e Alves (2018) Governança Corporativa é o sistema por quais as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle das demais partes interessadas. As boas práticas de GC transformam os princípios básicos em recomendações objetivas, deixando os interesses com função de preservar o valor econômico de longo prazo, facilitando seu acesso e recursos e contribuindo para a qualidade de gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.

Bueno *et al*. (2018) salienta que dentro das empresas sempre existem conflitos entre os agentes (são os contratados pelos principais) e os principais (sócios ou acionistas), devido as tomadas de decisões dos agentes que nem sempre vão de acordo com as vontades dos principais para que estes tenham um melhor resultado para si ao invés de priorizarem a empresa.

A GC serve para especificar normas nas tomadas de decisões dentro das empresas, procura estreitar as relações entre a diretoria da empresa com os demais. Tavares e Penedo (2018) dizem que o objetivo da implantação de práticas de governança corporativa foi melhorar a avaliação das companhias que decidem aderir, voluntariamente, a um dos segmentos e proporcionar um ambiente de negociação que estimule o interesse dos investidores e a valorização das companhias.



ISSN 2595-5519

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo investigar quais os mecanismos que a literatura de Governança Corporativa apresenta como ideais para melhorar a transparência das informações. A qualidade das informações publicadas pelas empresas é um importante mecanismo de governança corporativa, pois é possível diminuir a assimetria informacional e isso tende a reduzir conflitos entre os agentes. (SILVA, TAKAMATSU E AVELINO, 2017).

Assim, este estudo estabelece uma correlação entre a qualidade das informações contábeis e os mecanismos de governança corporativa. Portanto, esta pesquisa justifica-se pela importância da temática e relevância do assunto para os acionistas e gestores de organizações, contribuindo para o entendimento de ambos os interessados sobre as questões que permeiam a administração das empresas bem como sobre os mecanismos de governança corporativa.

Para a execução desta pesquisa, com o intuito de atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico filtrado nas bases de dados Spell e Scielo. O intervalo de tempo dos periódicos analisados compreende o período de 2004 a 2018 e o critério do Qualis Capis dos períodos também foi levado em consideração, sendo filtrado com os Qualis A2/B1/B2/B3.

Na sessão seguinte, será tratada a teoria sobre governança corporativa e seus mecanismos, que consistem no arcabouço teórico necessário para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa.



ISSN 2595-5519

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009, p. 19), “é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle.”. Ao longo do século XX, o desenvolvimento da economia tem marcado o setor comercial, existindo a necessidade de uma melhor organização nas empresas, a partir disso surgindo o tema Governança Corporativa. Para IBGC (2009, *apud* MAZZIONI *et al*, 2017, p. 317) “ A origem dos debates sobre governança corporativa remete a conflitos inerentes à propriedade dispersa e à divergência de interesses de sócios, executivos e o melhor interesse da empresa”.

Para a solução dos conflitos internos dentro das organizações existem mecanismos internos e externos.

Dentre os mecanismos minimizadores dos custos advindos do conflito de agência, encontra-se a informação contábil, uma vez que ela colabora para a redução da assimetria de informação. Isso porque quando as informações estão dispostas de maneira desigual, a informação contábil oferece meios para que os principais monitorem os agentes, evitando, assim, sua expropriação (SILVA *et al* 2017, p. 90).

A GC tem o intuito de mitigar os conflitos internos relacionados aos *shareholders* e *stakeholders*. Os acionistas, sócios ou investidores visam sempre lucrar mais em cima da organização sem se preocupar se as decisões tomadas podem afetar a fonte, e o papel dos administradores e das partes interessadas é garantir que as tomadas de decisões visem o lucro, mas que não prejudiquem a organização, não deixando que esta seja afetada por interesses particulares. A governança se refere à regras, normas e mecanismos a serem seguidos dentro



ISSN 2595-5519

da empresa para que não haja conflitos, a prática da governança quando aplicada a empresa, busca a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, esses são os princípios da GC (FONTES E ALVES, 2018).

Bessaria e Silva (2017) ressaltam que quando implantada na organização os métodos de governança corporativa juntamente com os princípios da governança, como a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa é possível explicar e solucionar os conflitos de agência. A divulgação das informações contábeis de empresas de diferentes níveis de governança, no tempo certo influencia muito na vantagem sobre as demais que não estão classificadas em algum dos níveis de governança, as empresas que apresentam o demonstrativo financeiro em dia têm retorno positivo principalmente nos investimentos dos acionistas, pois a transparência passa mais confiança aos seus investidores.

No estudo proposto Silva, Dutra, Sehnem e Martignago (2018, p.155) “A Governança Corporativa também está intimamente preocupada com a honestidade e a transparência, que são cada vez mais esperadas pelo público tanto nas relações corporativas quanto na divulgação de resultados”.

Governança Corporativa é um fator essencial para um bom desenvolvimento tanto interno quanto externo da empresa. Segundo Marques (2007, p. 13) ”O objeto central dos sistemas de governança corporativa não é o de intervir na autonomia das organizações, mas ao contrário, pretende equilibrar a competitividade e produtividade da empresa com uma gestão responsável e transparente da mesma”.

2.2 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo o IBGC (2015) os princípios básicos de governança corporativa transpassam, em maior ou menor nível dentro e fora das organizações, todas as práticas do código, e sua



ISSN 2595-5519

adoção resulta em um ambiente que se possa confiar tanto internamente quanto nas relações com terceiros e solucionando os conflitos de interesses existentes.

O estudo proposto por Besarria e Silva (2017) afirma que empresas que trabalham de melhor forma com os princípios básicos da governança estão de fato ligadas a obterem uma significativa melhora na valorização das ações da empresa e redução no risco de seus ativos, ou seja, tem uma volatilidade menor nos ativos. Dessa forma, os acionistas que buscam fazer investimentos em empresas menos voláteis devem considerar as organizações com maior grau de transparência das ações.

- Transparência

Ainda sobre o IBGC (2015) a finalidade da transparência da empresa está diretamente relacionada na divulgação para as partes interessadas (*stakeholders*) as informações que sejam de seu interesse, e não divulgar apenas as informações que são impostas por leis, não devendo restringir-se apenas ao sistema econômico-financeiro, e fornecer todas as informações que norteiam a ação gerencial, no qual torna a empresa transparente e conseqüentemente atraindo mais acionistas e o desempenho da empresa se torna de nível superior.

- Equidade

A equidade é caracterizada pelo fato dos sócios e as demais partes interessadas serem tratados com imparcialidade perante a organização. Tudo isso levando em conta as obrigações, necessidades, deveres, direito e expectativa dentro da organização (IBGC, 2015).



ISSN 2595-5519

- Prestação de Contas (*accountability*)

Consiste na prestação de contas dos agentes da governança corporativa, onde devem ser claros, concisos e objetivos na prestação conta dos serviços que foram prestados para a organização devendo assumir completa e total responsabilidade sobre seus atos e omissões, agindo com responsabilidade no âmbito de seus cargos na organização (IBGC, 2015).

- Responsabilidade Corporativa

Com base IBGC (2015) os agentes de governança devem proteger a viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzindo as externalidades que desfavorecem seus negócios e suas operações e aumentar as que favorecem a empresa, devendo considerar, o seu modelo de negócio os diversos capitais sendo eles: financeiro, humano, manufaturado, intelectual, ambiental, social e reputacional no curto, médio e longo prazo.

2.3 TEORIA DA AGÊNCIA

A teoria da agência está ligada a contratos, termos e condições estabelecidas dentro da organização, buscando resolver os processos mais complexos que existem dentro da empresa entre as partes interessadas, assim levando a um equilíbrio no ambiente interno da organização. A teoria da agência nada mais é que um contrato onde uma ou mais pessoas (o principal) contra outra pessoa (o agente) para realizar as tomadas de decisões, mas não será em todas as ocasiões que o agente terá a mesma visão que o principal dentro da empresa, gerando assim uma situação conflituosa (JENSEN; MECKLING, 2008). Os estudos realizados por Monteiro, Oliveira, Marcon e Elencar (2014) afirmam que nenhum contrato será perfeito ao ponto de antecipar todos os possíveis conflitos que podem vir a existir no ambiente de trabalho da empresa entre o principal e o agente.



ISSN 2595-5519

Um meio utilizado pelo principal seria a realização de pagamentos, para o agente poder liberar recursos, sendo assim um conflito de agência, portanto o agente não irá promover ações que irão contra os interesses do principal. Esses pagamentos são custos de agência como a soma de: custo de monitoramento de agente, *bonding costs* e perda residual. Existem dois modelos de custos, sendo eles: custo de agência do capital próprio ou do capital de terceiros (Kriek e Kayo, 2013). Pode-se ver que uma boa relação entre o principal e o agente com um custo zero e que as decisões tomadas pelo agente favoreçam o principal é praticamente nula. Jensen e Meckling (2008, p. 89) “o principal e o agente incorrerão em custos positivos de monitoramento e de concessão de garantias contratuais (tanto não pecuniários quanto pecuniários) e, além disso, haverá algum nível de divergência entre as decisões do agente e as decisões que maximizariam o bem-estar do principal”.

Para Monteiro, Oliveira, Marcon e Elencar (2014, p. 4) “Idealmente, os interesses do principal e do agente deveriam convergir para um fim comum, assumindo que a prosperidade de um é a prosperidade do outro. Isso, no entanto, raramente é o caso na vida real”. Nos relacionamentos entre o principal e o agente existem dois tipos de problemas, o primeiro tipo de conflito seria onde fica muito cara ou difícil para o principal pagar ou verificar as ações do agente, se o agente se comportou adequadamente. Para Correia e Amaral (2008) as organizações possuem um sistema chamado de regras internas de jogo (*internal rules of the game*) onde estabelece que as tomadas de decisões sejam distribuídas aos agentes e também é utilizado um sistema de controle que proporciona mecanismos de mensuração e avaliação da performance e mecanismos de recompensa e punição. O segundo tipo de problema principal-agente seria quando ambos têm atitudes diferentes sobre os riscos financeiros, operacionais e de mercado, e as atitudes serem de acordo com as preferências de cada um.

Correia e Amaral (2008) enfatizam que a teoria da agência consiste em garantir que o agente seja eficiente em governar a relação entre as partes interessadas, a organização e a qualidade e transparência das informações prestadas. De acordo com Eisenhardt, (1989, *apud* CORREIA E AMARAL, 2008, p. 7) “No que diz respeito às organizações, pressupõe-se o



ISSN 2595-5519

conflito de interesses entre os seus membros. Em relação à informação, pressupõe-se que seja uma commodity que pode ser adquirida como outra qualquer”.

2.4 MECANISMOS DE CONTROLE

Os possíveis conflitos de agência dentro de uma organização são inúmeros, e na ausência de mecanismos de controle que assegurem a integridade e autonomia da organização. A literatura sobre os mecanismos internos e externos da empresa se orientam entre os diversos interesses relacionados à empresa, tanto fora quanto dentro dela, ou seja, envolvendo principalmente os gestores e acionistas (FONTES e ALVES, 2018).

Ainda com base nos estudos de Fontes e Alves (2018) como foi dito anteriormente, os mecanismos de controle são divididos em controles internos e externos. No controle interno encontram-se o conselho administrativo, acionistas (principais), e os agentes e toda a comissão gerencial da empresa. O controle externo já envolve atividades fora da empresa, mas que estejam relacionadas a ela, assim como o mercado de controle corporativo, mercado de produtos e o mercado executivo.

Toigo, Hein e Wurbel (2018) afirmam que os conflitos de agência podem ser minimizados com a aplicação dos mecanismos de governança de incentivos de controle. As fusões e aquisições são as maiores e mais fáceis formas de se fazer investimentos em empresas, devido a isso os números de conflitos dentro das empresas aumentam consideravelmente. Assim nota-se que gestores realizam as fusões e aquisições com interesses em particular, pelo fato de receberem benefícios próprios perante a empresa.

Segundo Monteiro, Oliveira, Marcon e Alencar (2014) existem variadas combinações de mecanismos de governança para tornar o ambiente de trabalho mais harmonioso, mitigando os conflitos de interesses existentes entre acionistas e as partes interessadas (agentes). Os acionistas maiores são os principais interessados nas tomadas de decisões



ISSN 2595-5519

realizadas pelos agentes. Assim, o objetivo dos mecanismos de controle internos é proteger os acionistas minimizando os conflitos.

De acordo com Fama e Jensen (1983, *apud* CORREIA E AMARAL, 2008, p. 7) “O papel do conselho de administração como mecanismo do sistema de controle em diferentes tipos de organizações, grandes e pequenas, nas quais a riqueza dos agentes responsáveis pela tomada da decisão não é diretamente influenciada por suas decisões”.

A utilização dos mecanismos de governança corporativa garante uma rentabilidade maior para sócios, acionistas, fornecedores, clientes e funcionários. O mecanismo interno de boas práticas de governança parte de dentro da empresa para fora, já os mecanismos externos vem de fora para dentro da empresa, devido a isso os mecanismos externos forçam a empresa a ter boas práticas de governança corporativa automaticamente sendo transparente e correta nas ações dos principais e principalmente dos agentes que são os tomadores de decisões (BUENO *et al*, 2018).

Nota-se que existem muitas pesquisas relacionadas a solução de conflitos internos e mecanismos internos de governança corporativa que podem ser utilizados, mas deve-se ressaltar que nem sempre esses mecanismos serão eficientes em alcançar seus objetivos como solucionar os conflitos, se tornando falhos. Já os estudos sobre mecanismos externos de governança corporativa são limitados em escala mundial e principalmente no Brasil e outras economias emergentes (BUENO *et al*, 2018).

Quando os mecanismos internos se tornam falhos para a empresa é um alerta, onde se deve considerar o uso imediato do mecanismo externo. Existem três principais modelos de mecanismos externos sendo eles: sistema legal, mercado para o controle corporativo e auditoria externa, que são aplicados fora da empresa e que ajudam a manter a transparência e que os principais e os agentes trabalhem de maneira correta (BUENO *et al*, 2018).

O sistema legal é o primeiro mecanismo de governança, segundo Bueno *et al* (2018) o sistema legal aborda uma série de estruturas e processos que visão garantir que as ações



ISSN 2595-5519

realizadas dentro da empresa estejam conforme a lei. O sistema legal é de grande importância, pois, define toda a estrutura e processos através dos direitos e responsabilidades de todos os envolvidos da organização. Este mecanismo é fundamental por abordar de forma ampla e organizada a maioria das dimensões da Governança Corporativa.

Conforme Bueno *et al* (2018) o segundo mecanismo é o mercado para o controle corporativo, este mecanismo funciona da seguinte forma, se o valor da empresa fica abaixo das demais empresa do mesmo ramo de mercado, devido a isso há um incentivo para que os *shareholders* da parte externa da empresa possam assumir o controle da organização. Fontes e Alves (2018, p. 4) afirmam que “Outro efeito disciplinador usualmente apontado ao mercado é o espectro de falência. O efeito disciplinador da ameaça de falência – que pode inclusive não ser possível, como no caso brasileiro – não opera nas empresas estatais com a mesma intensidade com que é sentido nas empresas privadas”.

O terceiro mecanismo trata sobre a auditoria externa, onde são contratados auditores externos com uma renomada reputação, com a finalidade de minimizar o problema de expropriação dos minoritários (BUENO *et al*, 2108).

2.5 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A qualidade da informação contábil é de grande importância para as tomadas de decisões dentro da organização, para que a informação seja confiável, ou seja, na área da contabilidade é necessário que as informações tenham representação fidedigna sendo a informação completa, neutra e livre de erros (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) e sendo relevante. Destarte, podem-se considerar relevantes as informações contábeis que influenciam as tomadas de decisões no setor econômico das partes interessadas, dessa forma os agentes ou outros usuários podem analisar impactos de



ISSN 2595-5519

problemas passados, presentes e futuros, dando a possibilidade de corrigir ou se basear nas avaliações passadas (SILVA, TAKAMATSU E AVELINO, 2017).

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008, p. 11) “As funções de previsão e confirmação das informações são inter-relacionadas”. Ainda sobre o CPC é citado um exemplo de que as informações sobre o nível em que a empresa se encontra no presente e a estrutura dos ativos são utilizados pelos usuários na tentativa de identificar o potencial que a organização possui de aproveitar oportunidades e a sua capacidade de reagir algumas situações.

Organizações que realizam boas práticas de governança corporativa têm resultados positivos nos demonstrativos contábeis. Com base nos estudos de Mazzioni e Klann (2016) podemos ver que a qualidade da informação contábil diminui a incerteza, melhora a eficiência do mercado de capitais com relação a riscos. Os gestores corporativos transmitem informações sobre a economia da organização e também podem fazer o uso indevido de critérios de qualidade quando for de seu interesse. Não existe um acordo que defina qualidade de informações contábeis, mas existem medidas que podem ser usadas, essas medidas são baseadas nos lucros divulgados pela empresa e através daí pode-se ver o nível da qualidade das informações contábeis.

É de extrema importância que as informações contábeis sejam de boa qualidade, caso contrário acarretará em mais custos de agência, assimetria da informação, e pode encobrir os acionistas em situações que não deveriam ocorrer. Quando a informação contábil for de boa qualidade, reduzirá os custos da agência e capital, redução da assimetria de informação, melhores investimentos para a organização (MOURA *et al*, 2017). Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008, p. 12) “Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis”.



ISSN 2595-5519

Martins, Oliveira, Niyama e Diniz (2014, p. 27) “a informação é relevante e representa com fidedignidade o fenômeno econômico, infere-se que essa informação é útil para o processo de tomada de decisão de seus usuários”. Para Silva e Costa (2017) a qualidade da informação contábil é relevante para empresas quem enfrentam constantes ameaças, assim, colocando a continuidade dos negócios das empresas em risco, ou podem prejudicar a sua competitividade perante outras empresas do mesmo ramo, prejudicando também a sua rentabilidade e o cumprimento das leis. Constataram ainda que quanto maior qualidade de contabilidade, melhor será a eficiência do investimento, devido a isso a associação à menor sensibilidade do fluxo de investimento de dinheiro, afirmando que seu efeito seria significativo nas economias que dependem mais do financiamento de capital público assim como nos (EUA) do que nos países em que os bancos e os credores são os principais fornecedores de capital (Japão).

3. METODOLOGIA

Este trabalho buscou analisar a literatura recente, nacional e internacional, sobre governança corporativa e os mecanismos de controle. Para tal, utilizou-se de um levantamento bibliográfico nas bases de dados Spell, Ebsco e Periódicos Capes. Os artigos foram selecionados do período de 2004 a 2018.

Portanto, esta pesquisa classifica-se como aplicada, pois teve o intuito de gerar conhecimento para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. No que tange à forma de abordagem do assunto, classifica-se como uma pesquisa qualitativa, pois, restringiu-se a descrição dos processos e utilização de um modelo indutivo.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois o estudo foi realizado com base na literatura existente sobre governança corporativa e métodos de controle.



ISSN 2595-5519

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou investigar quais os mecanismos que a literatura de Governança Corporativa apresenta como ideais para melhorar a transparência das informações contábeis, que devem apresentar relevância, representação fidedigna e a qualidade dessas informações contábeis. Por meio do levantamento bibliográfico foi possível verificar que existem vários estudos sobre Governança Corporativa na literatura brasileira, mas poucos focam no desenvolvimento dos mecanismos de governança propriamente, como Bueno et al (2018), diante disto fica evidente a necessidade de aprofundar a temática no campo das pesquisas brasileiras.

O Brasil ainda tem um vasto campo de pesquisa no tange às práticas de governança corporativa e a utilização de mecanismos de governança para diminuir os conflitos de agência, visto que cada vez mais os diversos *stakeholders* se importam com o assunto.

REFERÊNCIAS

BESARRIA, C. N.; SILVA, H. S. A Efetividade da Governança Corporativa sobre o Risco dos Ativos da BM&FBovespa. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 3, p. 933-956, 2017. Acesso em: 6 out. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2009) IBEGC: Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018

BRASIL. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2015) IBEGC: Governança Corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/governanca/governanca-corporativa>>. Acesso em: 3 out. 2018.

BUENO, G.; NASCIMENTO, K.; LANA, J.; GAMA, M. A. B.; MARCON, R. Mecanismos Externos de Governança Corporativa no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 1, p. 120-141, 2018. Acesso em: 13 set. 2018.



ISSN 2595-5519

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico: estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.**

Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 31 out. 2018.

FONTES FILHO, J. R.; ALVES, C. F. Mecanismos de Controle na Governança Corporativa das Empresas Estatais: Uma Comparação entre Brasil e Portugal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 1, p. 1-13, 2018. Acesso em: 11 set. 2018.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Teoria da Firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, art. 7, p. 87-125, 2008. Acesso em: 9 out. 2018.

KRIECK, P. A.; KAYO, E. K. Teoria da agência e governança corporativa: um estudo de evento em fusões e aquisições de 2000 a 2012. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2013.

MARQUES, M. C. C. Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa **Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Sector Público**. Acesso em: 3 out. 2018.

MARTINS, V. G.; OLIVEIRA, A. S.; NIYAMA, J. K.; DINIZ, J. A. Níveis diferenciados de governança corporativa e a qualidade da informação contábil durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Contexto - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 14, n. 27, p. 23-42, 2014. Acesso em: 31 out. 2018.

MAZZIONI, S.; COFSEVICZ, C. M.; MOURA, G. D.; MACÊDO, F. F. R. R.; KRUGER, S. D. Influência da Governança Corporativa na Evidenciação Voluntária de Informações de Natureza Socioambiental. **Revista Organizações em Contexto**, v. 13, n. 26, p. 311-338, 2017. Acesso em: 25 set. 2018.

MAZZIONI, S.; KLANN, R. C. Determinantes da qualidade da informação contábil no contexto internacional. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 29, p. 3-32, 2016. Acesso em: 31 out. 2018.

MONTEIRO, M. A. P.; OLIVEIRA, M. C.; MARCON, R.; ALENCAR, R. C. External corporate governance mechanisms: mergers and acquisitions on the brazilian market. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 2, p. 4-19, 2014. Acesso em: 23 out. 2018.

MOURA, G. D.; ZANCHI, M. M.; MAZZIONI, S.; MACÊDO, F.; KRUEGER, S. D. Determinantes da Qualidade da Informação Contábil em Grandes Companhias Abertas



ISSN 2595-5519

Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 11, n. 3, p. 329-346, 2017. Acesso em: 31 out. 2018.

SILVA, G. R.; COSTA, F. M. Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 1, p. 103-127, 2017. Acesso em: 31 out. 2018.

SILVA, D. C.; DUTRA, A.; SEHNEM, S.; MARTIGNAGO, G. Capitalismo Consciente e Governança Corporativa: Construção de Conhecimento com Base na Literatura. NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia, v. 8, n. 3, p. 152-171, 2018. Acesso em: 2 out. 2018.

SILVA, G. C.; TAKAMATSU, R. T.; AVELINO, B. C. Adesão aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e Qualidade das Informações Contábeis. Contexto - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 17, n. 35, p. 89-104, 2017.

TAVARES, V. B.; PENEDO, A. S. T. Níveis de Governança Corporativa da B3: Interesse e Desempenho das Empresas – Uma Análise por Meio de Redes Neurais Artificiais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 1, p. 40-62, 2018. Acesso em: 11 set. 2018.

TOIGO, L. A.; HEIN, N.; WRUBEL, F. Relação dos Mecanismos de Governança Corporativa com o Desempenho Mensurado pelos Filtros de Graham. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 2, p. 178-199, 2018. Acesso em: 18 set. 2018.